

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### Texto CG101-I

Alguns idiomas fictícios foram criados especialmente para a série **Game of Thrones**. Daí surgiram palavras e expressões bem conhecidas pelos fãs, como “dracarys” – palavra que a personagem Daenerys Targaryen (Emilia Clarke) usa para mandar seus dragões cuspirem fogo. A palavra faz parte do alto valiriano, uma língua muito presente no decorrer da trama dos Targaryen e que apareceu de novo em **House of the Dragon**, *spin-off* de **Game of Thrones**.

A Antiga Valíria era um antigo império localizado em Essos, continente a leste de Westeros. Ela é pouco mencionada na série, pois não existe mais, mas sua língua (o alto valiriano) ainda é usada por uma elite seleta. Seria como falar latim clássico na Europa medieval.

Segundo **As Crônicas de Gelo e Fogo**, livros escritos por George R. R. Martin que inspiraram a série, o alto valiriano não seria uma linguagem de comunicação cotidiana, mas utilizada pela nobreza na literatura e na música. Ao longo do tempo, o idioma originou dialetos simplificados, falados em várias regiões, como o baixo valiriano, sendo possível traçar um paralelo com o latim clássico e o latim vulgar. Daenerys, inclusive, domina e usa estrategicamente ambas as variações.

No alto valiriano, idioma do mundo de GOT, diferentemente do português, há quatro gêneros gramaticais, divididos entre lunares, solares, terrestres ou aquáticos. Nomes que se referem a humanos são geralmente lunares; profissões e partes do corpo, solares; alimentos e plantas são terrestres; e os líquidos são aquáticos.

Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Com base nas ideias e construções linguísticas do texto CG101-I, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com as informações do texto, o alto valiriano é um idioma fictício que, inspirado no latim clássico, foi criado especialmente para a série **Game of Thrones**.
- 2 No segundo período do segundo parágrafo, os vocábulos “pois” e “mas” introduzem, respectivamente, orações com sentido explicativo e adversativo.
- 3 Entende-se da leitura do texto que uma das diferenças observadas entre a língua fictícia de GOT, o alto valiriano, e o português é a flexão de gênero dos substantivos.
- 4 A correção do texto seria mantida caso a expressão “a leste de Westeros” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse reescrita com acento indicativo de crase — **à leste de Westeros**.

Acerca dos sentidos e aspectos linguísticos do texto CG101-I, julgue os itens que se seguem.

- 5 No primeiro parágrafo, o trecho “uma língua ... **House of the Dragon**” (terceiro período) está entre vírgulas porque funciona como aposto explicativo do termo “alto valiriano”.
- 6 A substituição do trecho “para mandar seus dragões cuspirem fogo” (segundo período do primeiro parágrafo) por **para ordenar que seus dragões cusпам fogo** manteria a correção gramatical, os sentidos e a coerência do texto.
- 7 O pronome “Ela” (segundo período do segundo parágrafo) retoma, por coesão, “**House of the Dragon**” (último período do primeiro parágrafo).
- 8 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam preservados caso a vírgula empregada logo após o vocábulo “corpo” (último período do quarto parágrafo) fosse eliminada.
- 9 O último período do segundo parágrafo expressa uma suposição.

#### Texto CG101-II

É inquestionável que um importante marco da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) foi o conceito de educação básica composta por três etapas, que devem estar organizadas de forma orgânica e articulada. De acordo com Cury (2002), “a educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar”.

Para que esse conceito se efetive, é fundamental a intervenção do Estado, com a participação da sociedade civil, por meio de políticas — programas e projetos — definidas em um planejamento, que leve em conta a análise estratégica da realidade como um todo e em cada situação específica.

Nesse entendimento, dilemas presentes na educação básica brasileira necessitam ser confrontados: desigualdades econômicas, sociais, culturais e de cor ou raça, bem como desequilíbrios regionais.

Ana Maria de Albuquerque Moreira. **Dilemas e desafios para a consolidação da educação básica no Brasil**. In: Maria Zélia Borba Rocha; Nara Maria Pimentel (Orgs.). **Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, p. 230 - 31 (com adaptações).

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto CG101-II, julgue os itens subsequentes.

- 10 Entende-se da leitura do texto que a educação básica deve ser efetivada pelo Estado com a participação da sociedade civil.
- 11 Segundo a autora do texto, para que haja efetivação do conceito de educação básica, é necessário que as desigualdades sociais, econômicas, de raça ou cor sejam enfrentadas.
- 12 Estariam preservados o sentido e a correção gramatical do texto caso a palavra “estratégica” (segundo parágrafo) fosse substituída por **tática**.

- 13 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso o pronome “se”, em “se efetive” (segundo parágrafo), estivesse posposto à forma verbal — **efetive-se**.

A respeito dos poderes e atos administrativos, observadas a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

- 14 Os atos administrativos negociais conjugam um pedido de consentimento do particular e uma declaração da administração pública, a exemplo da licença.
- 15 A aplicação de multa é exemplo de ato administrativo decorrente do poder de polícia da administração pública, dotado de autoexecutoriedade e passível de delegação.
- 16 No âmbito da autotutela da administração pública, a anulação de ato administrativo que afete interesses individuais não prescinde da observância do contraditório.

No que concerne à organização administrativa do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- 17 A criação e a extinção de uma agência reguladora é efetivada por meio de decreto privativo do chefe do Poder Executivo.
- 18 A desconcentração constitui fenômeno interno revelada por meio do desmembramento de órgãos da administração pública para melhora na estrutura organizacional, sem prejuízo da centralização da atuação do Estado.
- 19 Agência executiva é uma categoria específica de pessoa jurídica integrante da administração pública indireta que, assim como as autarquias e fundações, é dotada de autonomia de gestão e disponibilidade de recursos financeiros próprios.

Acerca do controle da administração pública e da responsabilidade civil do Estado, observadas a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os próximos itens.

- 20 O controle exercido pelos ministérios sobre pessoas jurídicas integrantes da administração pública indireta denomina-se supervisão ministerial e denota modalidade de controle externo por subordinação.
- 21 O Estado responde objetivamente pelos danos ocasionados a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
- 22 Prevalece no ordenamento jurídico brasileiro, no tocante à responsabilização civil do Estado, a teoria do risco integral.

Julgue os itens a seguir, considerando a literatura jurídica e a jurisprudência sobre os princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 23 A publicidade dos atos processuais só poderá ser restringida quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- 24 Segundo entendimento jurisprudencial, pode um município proibir o serviço de transporte de passageiro individual por meio de aplicativos.
- 25 Embora reconhecida como um dos princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana é uma construção jurisprudencial que não tem previsão constitucional expressa.

Nos termos do disposto na CF sobre a organização do Estado e a administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 26 Tanto a União, como os estados, o Distrito Federal e os municípios devem cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- 27 Caso um cargo público ocupado seja extinto ou que seja declarada a sua desnecessidade, o servidor estável que o ocupar será exonerado e receberá indenização proporcional ao tempo de serviço.
- 28 Na CF, a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos é absoluta.

Com base nas disposições constitucionais a respeito do Poder Judiciário, das funções essenciais à justiça e entendimento jurisprudencial da CF, julgue os itens a seguir.

- 29 O estatuto da magistratura deve ser instituído por lei ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
- 30 O salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial, salvo nos casos previstos na CF.
- 31 Na CF, são previstas, como funções essenciais à justiça, não apenas o Ministério Público, mas também a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

Considerando a ética, a moral, os princípios e valores, julgue os itens subsecutivos.

- 32 A falta de rigidez de valores e padrões, a heterogeneidade cultural e a diversidade política são características da denominada modernidade líquida, no conceito criado por Zygmunt Bauman.
- 33 As tradições de uma determinada coletividade influenciam a formação dos seus valores morais.
- 34 O estudo da ética está interligado à análise dos hábitos e dissociado das normas de conduta existentes em uma sociedade.

Julgue os itens a seguir, a respeito das regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações.

- 35 O terceiro que receber vantagem econômica, de qualquer natureza, para fazer declaração verdadeira sobre medida de mercadorias fornecidas a órgão público da administração direta responde por improbidade administrativa.
- 36 A voluntariedade da conduta do agente é condição suficiente para a tipificação do ato de improbidade.

Julgue os próximos itens, considerando a ética, o exercício da cidadania e da função pública.

- 37 A cidadania é um dos objetivos a ser perseguido pelo Estado no desenvolvimento da educação.
- 38 O exercício da cidadania está vinculado exclusivamente aos direitos reconhecidos em favor da pessoa humana em face da comunidade na qual está inserida.

Com base nas disposições da Lei n.º 16.309/2018 do Estado de Pernambuco, julgue os itens seguintes.

- 39 A competência para instauração do procedimento de investigação preliminar é do Procurador Geral de Justiça.
- 40 A comissão responsável por conduzir o procedimento de investigação preliminar deverá concluir a investigação no prazo de 60 dias, que poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.
- 41 É vedada a subdelegação da competência para instauração do procedimento de investigação preliminar.

---

Julgue os itens subsequentes, com relação aos objetivos, às diretrizes e às bases da educação nacional.

- 42** Constituinte o ensino religioso disciplina dos horários normais da escola pública, a dispensa dos alunos ficará a cargo do professor.
- 43** A educação, além do pleno desenvolvimento da pessoa, tem por objetivo a sua qualificação para o trabalho.

---

A respeito da inclusão da pessoa com deficiência e do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens subsecutivos.

- 44** Ao acompanhante de pessoa com deficiência serão conferidos os mesmos direitos deste no que diz respeito ao atendimento prioritário.
- 45** Mediante suprimento da vontade, a pessoa com deficiência poderá ser obrigada a tratamento forçado.

---

Acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino e das operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, julgue os itens a seguir.

- 46** A obrigação de o ensino médio assegurar a função formativa para os estudantes está restrita aos adolescentes.
- 47** A proposta pedagógica das unidades escolares de ensino médio deverá traduzir aquela construída coletivamente.

---

Julgue os próximos itens, a respeito da Reforma do Ensino Médio, do Plano Estadual de Educação do Estado de Pernambuco e do regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado de Pernambuco.

- 48** É obrigação da União transferir recursos aos Estados e ao Distrito Federal para o atendimento de todas as escolas públicas de ensino médio em tempo integral.
- 49** Se um servidor reingressar no serviço público estadual, ante a insubsistência dos motivos da aposentadoria, é lícito que seja designado para cargo em comissão.
- 50** A conscientização acerca dos riscos da utilização de mídias sociais e jogos eletrônicos está entre as diretrizes do Plano Estadual de Educação.

---

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Na internação hospitalar de crianças com disfagia associada aos problemas respiratórios, a avaliação clínica da deglutição compõe parte das interconsultas que a equipe médica solicita nesses casos de diagnóstico diferencial. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 51** O conhecimento das alterações possíveis de cada fase da deglutição e a observação de sinais e de sintomas de aspiração traqueal bem como a realização de ausculta cervical e a oximetria de pulso possibilitam que o fonoaudiólogo realize uma avaliação clínica mais precisa da deglutição.
- 52** A avaliação clínica da deglutição deverá informar sobre a segurança da biomecânica da deglutição e, ainda, classificar a sua gravidade e o seu impacto na presença de disfagia.
- 53** A equipe médica necessita da definição da avaliação clínica da deglutição realizada pelo fonoaudiólogo sobre as condições, ou não, de o paciente receber dieta por via oral, porém esse profissional não contribuirá no que se refere a indicações de sondas de alimentação nem na orientação sobre a melhor forma de retirada desses tubos.
- 54** No contexto da avaliação clínica da deglutição, podem ser realizadas técnicas de reabilitação ativas diretas, sem introdução de dieta, e ativas indiretas, por meio de exercícios mioterápicos e manobras estratégicas.
- 55** A avaliação clínica da deglutição identifica a probabilidade de aspiração por meio da caracterização da natureza da dificuldade de deglutição e da determinação de gravidade e risco.

Considerando a morfofisiopatologia da fonação e da audição e os conceitos de linguagem no contexto de fonoaudiologia, julgue os seguintes itens.

- 56** Na avaliação dos sistemas sintático-semântico da criança com paralisia cerebral, utilizam-se testes específicos, com conteúdo adaptado, para que seja possível identificar em que etapa do desenvolvimento da linguagem e da compreensão ela se encontra.
- 57** A criança com paralisia cerebral pode ter dificuldade na execução de movimentos individuais ou na coordenação de movimentos de diversas estruturas, já que a fala requer uma coordenação intrínseca dos músculos que controlam os movimentos da respiração, da fonação e da articulação.
- 58** A conversa espontânea é muito útil na avaliação da fala e do uso da linguagem em crianças com paralisia cerebral, pois, muitas vezes, as crianças conseguem articular uma palavra que exige poucos movimentos, mas não em relação a um texto maior.
- 59** A avaliação do sistema fonético-fonológico é feita mediante a utilização de recursos e de protocolos específicos para cada criança; por exemplo, no caso de crianças com paralisia cerebral, a avaliação com produção de sons não é realizada por meio de figuras isoladas ou figuras temáticas.
- 60** Os problemas encontrados na comunicação das crianças com paralisia cerebral podem incluir ausência de atitude comunicativa, grandes dificuldades na comunicação oral e distúrbios relativos à linguagem.
- 61** Existem sistemas de comunicação que podem ser usados como uma alternativa à fala ou em adição a esta e cujo papel é ampliar e facilitar a comunicação mais eletiva.

Com relação à gagueira, julgue os itens que se seguem.

- 62** Vários fatores interferem no processo de evolução de um quadro de disfluência para um quadro de gagueira infantil, como os de caráter emocional e os de caráter social, além da predisposição ou da vulnerabilidade de uma pessoa para gagueira.
- 63** A disfluência infantil costuma aparecer por volta dos 2 anos e meio de idade e dura, no máximo, 3 meses, manifestando-se na fala da criança, principalmente, por meio de disfluências do tipo hesitações, repetições de frases e palavras.
- 64** A denominação gagueira infantil sugere a marca da cronicidade e pode ser avaliada pela análise das disfluências observadas no discurso da criança; nesse contexto, a reação negativa em relação à sua fala é assimilada, o que a leva a construir um autoconceito negativo em relação às suas capacidades de falante.
- 65** A ansiedade em situações de comunicação e o sentimento frustrações da criança diante das interrupções da sua fala são critérios utilizados para diferenciar quadro de disfluência e de gagueira infantil, este último caracterizado como um quadro crônico irreversível.

No que se refere ao uso de traqueostomias, suas indicações e seu impacto na deglutição, julgue os itens a seguir.

- 66** A traqueostomia interfere diretamente na fase esofágica da deglutição e é nessa fase que a elevação e a anteriorização laríngea têm importância fundamental na proteção da via aérea inferior.
- 67** O principal objetivo do uso de cânula com balão inflável é impedir totalmente a aspiração de saliva e(ou) alimentos para os pulmões.
- 68** O desvio de ar pela cânula de traqueostomia leva à diminuição da sensibilidade da laringe e das pregas vocais, provocando, em alguns casos, aspiração de resíduos alimentares.
- 69** A traqueostomia interfere diretamente na deglutição, sendo seu uso a relação causal na incidência de aspiração.
- 70** O balão insuflado pode causar lesões na parede traqueal, como úlceras, estenose e traqueomalácia, os quais podem se manifestar semanas após a retirada da traqueostomia.
- 71** Além da possível interferência da traqueostomia à elevação e anteriorização da laringe, sua presença também prejudica a efetividade e o reflexo de tosse.

Com referência à videofluoroscopia da deglutição, julgue os itens subsequentes.

- 72** Durante a realização da videofluoroscopia, o fonoaudiólogo deve estar alerta a possíveis reações adversas do paciente e pode realizar a avaliação e o diagnóstico de eventuais alterações esofágicas.
- 73** A videofluoroscopia da deglutição é um método radiológico que permite observar a fisiologia da deglutição nas fases faríngea e esofágica.
- 74** A prescrição da videofluoroscopia, que deve pressupor o conhecimento e o acordo de todas as partes envolvidas, é obrigatória e deve ser feita pelo médico ou fonoaudiólogo.

Considerando a legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os itens a seguir.

- 75** As ações e os serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal de 1988.
- 76** Os princípios de diretrizes da Lei n.º 8.080/1990 garantem a preservação da autonomia das pessoas na defesa da sua integridade física e moral; no entanto, não há capacidade de resolução dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.
- 77** A Lei n.º 8.142/1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
- 78** Os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e suas entidades, da administração direta e indireta.
- 79** A NOAS-SUS n.º 01/2002 tem a finalidade de estabelecer o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade.

Acerca da Política Pública em Saúde Auditiva no Brasil, julgue os próximos itens, considerando a Portaria n.º 587/2004.

- 80** A política em saúde auditiva no Brasil foi implantada tendo como foco a promoção integral da atenção à saúde auditiva no âmbito do SUS, em concordância com relatórios estáticos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e com a evidência do crescente aumento do risco de exposição à perda auditiva.
- 81** O serviço de atenção à saúde auditiva na alta complexidade oferece atenção diagnóstica e terapêutica especializada, tratamento e reabilitação de perda auditiva em crianças até quatro anos de idade e em pacientes com afecções associadas.
- 82** A referida portaria institui a necessidade de definição das ações de saúde auditiva na atenção básica, dos serviços de atenção à saúde auditiva na média e na alta complexidade, bem como a necessidade de determinar os seus papéis na atenção à saúde e as qualidades técnicas necessárias ao bom desempenho de suas funções.
- 83** Os serviços de atenção à saúde auditiva na média e na alta complexidade não deverão submeter-se à regulação, à fiscalização, ao controle e à avaliação pelo gestor estadual e municipal.
- 84** A portaria em questão determina que os serviços de atenção à saúde auditiva na média e na alta complexidade realizem a protetização do paciente portador de deficiência auditiva, conforme as diretrizes para o fornecimento de aparelho de amplificação sonora individual.
- 85** De acordo com referida portaria, não há necessidade de um novo credenciamento do centro especializado que presta assistência às pessoas portadoras de deficiência auditiva com a mudança do gestor público.

Com relação ao programa de prevenção e avaliação em audiologia ocupacional, julgue os itens subsecutivos.

- 86** De acordo com o Programa de Prevenção de Perdas Auditivas (PPPA), o trabalhador exposto a níveis elevados de pressão sonora pode ser assistido por profissional habilitado que integra as equipes de saúde relacionadas à segurança do trabalho, nesse caso, o fonoaudiólogo.
- 87** O início do PPPA consiste na adoção de medidas de proteção individual e coletiva (de engenharia, administrativas) quando identificados e avaliados os agentes de risco.
- 88** A audiometria faz parte do exame admissional ou exame de referência do trabalhador exposto a níveis elevados de pressão sonora.
- 89** O trabalhador exposto a sons com níveis de pressão sonora superiores a 90 dB deve usar os equipamentos de proteção individual (EPI).

Julgue os itens subsequentes, considerando o desenvolvimento do comportamento auditivo no bebê normal e de alto risco e a avaliação audiológica infantil.

- 90** No desenvolvimento e na maturação auditiva de um lactente com audição normal, espera-se o seguinte comportamento: de 0 a 3 meses de idade, acalma com sons moderadamente fortes e músicas; de 3 a 4 meses de idade, presta atenção nos sons e vocaliza; de 6 a 8 meses de idade, localiza a fonte sonora e balbucia sons.
- 91** Nos bebês prematuros, deve-se considerar a idade corrigida no que se refere ao comportamento auditivo.
- 92** A audiometria com reforço visual e feita em campo sonoro é indicada para crianças com idade cognitiva entre 6 meses e 3 anos de idade; os resultados, em geral, mostram os limiares com maior comprometimento auditivo.
- 93** A audiometria lúdica, descrita pela primeira vez por Lowell, é definida como a observação das respostas comportamentais da criança a estímulos acústicos em situação controlada. Essa técnica é recomendada para crianças com idade cognitiva de 3 anos ou mais, mas não pode ser utilizada para avaliar aquelas com problemas neurológicos, com déficit de atenção ou crianças pouco cooperativas.

Acerca da avaliação audiológica básica, julgue os itens que se seguem.

- 94** O limiar auditivo é definido como o nível mínimo de intensidade sonora necessário para que o tom puro possa ser percebido 50% das vezes em que for apresentado para cada frequência testada.
- 95** A audiometria por via óssea é realizada sempre que os limiares por via aérea forem maiores que 30 dB NA (adultos) ou 15 dB NA (crianças).
- 96** Nas classificações dos tipos de perda auditiva e dos respectivos achados audiológicos, no que se refere à perda auditiva condutiva, a via óssea está normal, a via aérea está rebaixada e o *gap* aéreo/ósseo está presente; no que diz respeito à perda auditiva neurossensorial, a via óssea está rebaixada, a via aérea está rebaixada e há *gap* aéreo/ósseo.
- 97** A imitanciometria mede a integridade do sistema timpanoossicular e da via do reflexo do estapédio; os limiares dos reflexos do estapédio em indivíduos com audição normais são obtidos entre 60 dB a 100 dB acima do limiar auditivo.

Os testes realizados com os candidatos ao implante coclear são padronizados, uma vez que a normatização permite maior desenvolvimento técnico e científico. Em relação a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 98** A forma de apresentação do material de fala pode ser feita com pista auditiva exclusiva, com pista visual exclusiva ou com pista auditiva associada à visual.
- 99** A apresentação do material de fala pode ser feita em apresentação fechada, quando o conteúdo da prova é apresentado ao paciente na forma de alternativas de múltipla escolha, ou aberta, quando o conteúdo não é mostrado ou conhecido pelo paciente.
- 100** Para que crianças maiores de 6 anos de idade e adolescentes sejam considerados candidatos ao implante coclear, é imprescindível que tenham feito terapia fonoaudiológica, sendo dispensado, nesse caso, a experiência com aparelho de amplificação sonora individual.
- 101** O fator mais importante antes do início do processo de avaliação de uma criança pequena como candidata ao implante coclear é o diagnóstico objetivo e preciso da perda auditiva, sendo dispensada a audiometria em campo livre.
- 102** Na avaliação de crianças de até 6 anos de idade candidatas ao implante coclear, o protocolo utilizado inclui um questionário de avaliação da linguagem oral, que são roteiros de entrevistas com os pais e que abordam informações relativas à frequência com que a criança demonstra comportamentos auditivos significativos no seu dia a dia.
- 
- Quanto ao diagnóstico precoce da deficiência auditiva na infância, julgue os itens a seguir.
- 103** As emissões otoacústicas transitórias são geralmente evocadas por estímulo acústico breve e abrange ampla gama de frequências, o que permite a estimulação da cóclea como um todo, sendo registradas em 98% dos indivíduos com audição normal.
- 104** As emissões otoacústicas utilizadas no diagnóstico precoce da deficiência auditiva identificam anormalidades neurológicas no nervo auditivo e no troco encefálico.
- 105** As emissões otoacústicas utilizadas em triagem auditiva neonatal contribuem efetivamente para estimar o limiar auditivo, com base na presença de resposta a vários níveis de intensidade de estímulo.
- 106** Em neonatos, é recomendada a triagem auditiva utilizando as emissões otoacústicas transitórias.
- 107** A realização do potencial auditivo de tronco encefálico não dispensa a avaliação audiológica convencional e os resultados devem sempre ser considerados em conjunto.
- 108** O potencial auditivo de tronco encefálico é considerado um dos principais testes para a triagem auditiva nos recém-nascidos de alto risco, que podem apresentar comprometimento neural que não seria detectado por meio das emissões otoacústicas.

Com relação aos critérios de indicação e de contraindicação do implante coclear, julgue os itens subsequentes.

- 109** O uso de implante coclear está indicado para a habilitação e a reabilitação auditiva de pessoas que apresentem perda auditiva condutiva ou neurossensorial bilateral, de grau severo a profundo.
- 110** O implante coclear é contraindicado nos casos de surdez pré-lingual em adolescentes e em adultos não reabilitados por método oral, em casos de pacientes com agenesia coclear ou do nervo coclear bilateral e em contraindicações clínicas.
- 111** Os implantes cocleares são considerados como um recurso efetivo que permite melhora significativa na maioria dos pacientes com pouco ou nenhum benefício com o aparelho de amplificação sonora individual, sempre acompanhado de habilitação e(ou) reabilitação auditiva.
- 112** No prazo máximo de 15 dias após o ato cirúrgico, salvo nos casos de contraindicação clínica, deverá ser feita a ativação do dispositivo interno, os eletrodos, com adaptação da unidade externa.

Na rotina clínica, a avaliação vestibular consiste em um conjunto de testes e provas específicas, que auxiliam o médico na decisão do diagnóstico nosológico em casos de sintomas de vertigem, tontura e desequilíbrio. A respeito desse assunto, julgue os próximos itens.

- 113** O nistagmo espontâneo é pesquisado com o desvio do olhar de no máximo 30 graus nos quatro pontos cardinais do olhar, para a direita, para a esquerda, para cima e para baixo; durante o procedimento, o indivíduo avaliado é orientado a olhar para pontos fixos à esquerda, à direita, acima e abaixo, promovendo um desvio do olhar de 30 graus em relação à posição neutra.
- 114** Os procedimentos de avaliação vestibular e terapia fonoaudiológica em equilíbrio/reabilitação vestibular estão codificados pela Classificação Brasileira de Procedimentos em Fonoaudiologia.
- 115** O tipo de estimulação utilizado na prova calórica é a estimulação bitérmica; as temperaturas utilizadas na irrigação com água são 30 °C e 25 °C, com estímulos de 20 segundos para cada orelha, o que possibilita a avaliação funcional de cada canal semicircular lateral simultaneamente.
- 116** Pesquisa do rastreo pendular ou da perseguição ocular lenta corresponde ao movimento de perseguição para colocar, na fóvea, a imagem do objeto de interesse em velocidade constante, solicitando-se que o paciente siga o movimento de uma fonte de luz em movimento frequencial, simultaneamente com movimentos de cabeça.
- 117** Pesquisa de nistagmo optocinético é o resultado de uma resposta oculomotora involuntária provocada por movimentos contínuos no campo visual, cuja aplicação clínica é avaliar o sistema oculomotor frente a movimentos de seguimento e de refixação.

Em relação aos critérios para a realização dos testes de avaliação do processamento auditivo central, julgue os itens seguintes.

- 118** Os testes para avaliação do processamento auditivo central são utilizados predominantemente em sujeitos com acuidade auditiva normal.
- 119** Na avaliação do processamento auditivo central, para a realização dos testes, é necessário que haja uma simetria de acuidade entre as orelhas.
- 120** Na avaliação do processamento auditivo central em perdas auditivas neurossensoriais ou condutivas, é possível realizar os testes especiais desde que o grau da perda auditiva varie até leve, com limiares tonais de até 26 dB NA.